

João Pessoa, PB, 17 a 23 de setembro de 2012 - nº 38 - Ano XV

Convocação para Assembleia Geral

Os filiados ao Sindifisco-PB se reúnem em Assembleia Geral, dia 4 de outubro, às 18h, na sede do Sindicato, para discutir as estratégias elaboradas e aprovadas pelos conselhos temáticos de mobilização para encaminhar as lutas do próximo ano em relação à data-base dos servidores.

A data é emblemática, já que no dia 5 de outubro a categoria completa um ano da deflagração da greve histórica que durou 44 dias contra o descumprimento da Lei do Subsídio pelo Governador Ricardo Coutinho.

Sindifisco-PB denuncia Governador ao MPF

A denúncia relativa à anistia ilegal do Governo a multas aplicadas em operação nacional envolvendo o Fisco, o MPE e as Polícias Civil e Militar também foi protocolada, desde o início da semana, no Ministério Público Federal. O documento que foi encaminhando à Procuradoria Geral da República apresenta fatos que comprovam a prática de corrupção passiva, devido à concessão de privilégio por meio de Decreto que tenta mascarar a anistia ilegal das multas.

O Decreto, que prorroga o prazo de regularização dos emissores de cupom fiscal para além da data na qual ocorreu a operação, no final do ano passado, deu margem a pedidos de anulação, por parte dos empresários, às multas aplicadas em virtude das inadequações destes equipamentos. Devido a essa caracterização, o Sindifisco-PB solicitou que o Ministério Público Federal investigue os fatos que denotam crime contra a Administração Pública pelo Governo do Estado.

PL para privatizar PBPprev

O Projeto de Lei relativo à Previdência estadual visa capitalizar a PBPprev. Ora, analisando o referido projeto de lei, percebe-se que se trata da criação de fundo de pensão que, a priori, não modifica a atual estrutura previdenciária do Estado, mas dá margem a alterações nas contribuições dos servidores no futuro, instituindo o regime complementar de contribuição.

Criado para solucionar o problema de insuficiência de recursos da PBPprev e, conseqüentemente, da necessidade de aporte do Tesouro Estadual, o fundo será realizado sob o regime de capitalização, ou seja, as contribuições pagas serão aplicadas, ficando à mercê do capital especulativo.

A crise internacional levou à quebra de muitos desses fundos de pensão na Europa, demonstrando que o modelo está fadado ao fracasso, porque a solidez do Estado não pode ficar sujeita ao mercado financeiro e suas crises periódicas.

Não resolve

Esse projeto não explica como irá resolver o déficit se é que ele existe, na previdência estadual. Além disso, da forma como está, mesmo que haja esse déficit, o projeto de lei não resolveria o problema a curto ou mesmo médio prazo.

Nesse sentido, o Poder Legislativo já demonstrou bom-senso na busca de diálogo com as entidades da sociedade civil organizada. O deputado Raniery Paulino propôs audiência pública para tratar do assunto.

Contato com Deputados

O Sindifisco-PB está em contato contínuo com os Deputados estaduais para debate em relação aos problemas que esse projeto apresenta aos servidores, para que os parlamentares analisem criteriosamente e decidam pela rejeição ou, se for o caso, alterações da matéria.

Fortalecendo a democracia

O debate com os candidatos a prefeito de João Pessoa, promovido na quinta-feira última (21), pelo Fórum dos Servidores, foi marcado pelo espírito democrático e por discussões de elevado nível em relação à gestão pública.

Todos os prefeitáveis compareceram ao evento, publicizando suas propostas de governo. Pelo nível de embasamento das perguntas realizadas, as entidades demonstraram que as categorias não admitirão, na gestão pública da capital, comportamentos autoritários, descumprimento de leis e desrespeito ao serviço público.

Seminário repercute

O Seminário realizado pelo Sindifisco-PB na última semana ainda repercute entre a categoria fiscal, que tem discutido as sugestões apresentadas no evento para mobilização, diante do quadro preocupante de insegurança jurídica e ameaça à democracia vividos no Estado.

As discussões realizadas no evento reafirmaram a necessidade de uma Lei Orgânica da Administração Tributária que atribua autonomia administrativa e financeira, independência funcional e identidade única ao Fisco em todo o país.

A categoria também discutiu sobre a necessidade de ocupação dos espaços políticos do Estado. Houve ainda informes sobre as lutas da categoria e as atividades futuras contra o desrespeito às leis e aos direitos dos servidores.

As eleições da Afracap acontecem nesta quinta-feira (27), das 7h30 às 17h30. Para saber onde estarão as urnas na data da eleição, acesse www.facebook.com/fracap.